

INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TECNOLOGIA PIAUÍ

# Edital 25/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
25/2026	158146-INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TECNOLOGIA PIAUÍ	ANTONIO FRANCISCO MARTINS FORTES	08/06/2026 11:03 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23172.000841/2026-98

## 1. DO OBJETO

# PREGÃO ELETRÔNICO

90023/2026

## CONTRATANTE/GERENCIADOR (158146)

((86) 3131-1405

## OBJETO

Aquisição eventual de equipamentos para refeitórios, *mediante sistema de registro de preços*, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e anexos.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 914.289,60 (Novecentos e quatorze mil, duzentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos).**

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **19/06/2026** às **09:00 h** (horário de Brasília)

### **Critério de Julgamento:**

menor preço por item

### **Modo de disputa:**

aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

**SIM**

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

**NÃO**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ**  
**Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390**  
**Fone: (86) 3131-1443 Site: [www.ifpi.edu.br](http://www.ifpi.edu.br)**

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90023/2026**  
**(Processo Administrativo nº 23172.000841/2026-98)**

Torna-se público que o **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ**, por meio da Pró-Reitoria de Administração, sediada na Av. Jânio Quadros, 330 - Bairro Santa Isabel - CEP 64.053-390 - Teresina-PI, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição eventual de equipamentos para refeitórios, *mediante sistema de registro de preços*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 *licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6 Nos itens 7 e 21 não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 3.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
  - 3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 3.7.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021 .

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *valor unitário*

6.1.2. *marca;*

6.1.3. *fabricante;*

6.1.4. *Quantidade cotada, devendo respeitar os quantitativos dispostos no Termo de Referência*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a dias **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.8 Caso o critério de julgamento ser o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência:

6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2 % (dois por cento).



7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Uma vez que será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015 ).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de  $\pi\pi$  de até 5% (cinco por cento), visto se tratar de um de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), visto se tratar de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025 .

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.2. empresas brasileiras;

7.23.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **3 (três)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.18. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.19. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer meio digital aceito pela administração.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. *Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.*

9.10.1. *O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [via e-mail], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.*

9.10.2. *Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **3 (três) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **3 (três) horas** para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5(cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5(cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

*10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

*10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

*10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

*10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 7 (sete) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:



12.1.1.dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio eletrônico:  
[https://suap.ifpi.edu.br/processo\\_eletronico/visualizar\\_processo/d53c6ef6-7c6b-4689-81ee-7e04f3b89bee/](https://suap.ifpi.edu.br/processo_eletronico/visualizar_processo/d53c6ef6-7c6b-4689-81ee-7e04f3b89bee/)

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **10** (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica: **e-mail:** [licitacao@ifpi.edu.br](mailto:licitacao@ifpi.edu.br)

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: [https://suap.ifpi.edu.br/processo\\_eletronico/visualizar\\_processo/d53c6ef6-7c6b-4689-81ee-7e04f3b89bee/](https://suap.ifpi.edu.br/processo_eletronico/visualizar_processo/d53c6ef6-7c6b-4689-81ee-7e04f3b89bee/)

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.2. Anexo II - Termo de Ciência e Concordância;

16.11.3. Anexo III - Modelo de Proposta Comercial;

16.11.13 - Anexo IV - Ata de Registro de Preços.

Teresina, 15 de maio de 2026

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANTONIO FRANCISCO MARTINS FORTES**

MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO



*Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 11:03:00.*

INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TECNOLOGIA PIAUÍ

## Termo de Referência 64/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
64/2026	158146-INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TECNOLOGIA PIAUÍ	ANTONIO FRANCISCO MARTINS FORTES	15/05/2026 09:35 (v 0.5)

Status  
ASSINADO

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23172.000841/2026-98





## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

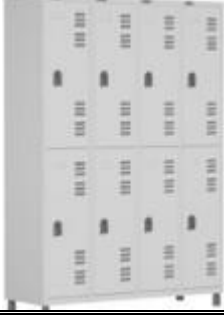


1.1. Aquisição eventual de **EQUIPAMENTOS PARA REFEITÓRIOS**, mediante sistema de registro de preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1 . Em caso de divergências na descrição técnica constante no Compras.Gov e as especificadas neste Termo, prevalecerão as últimas


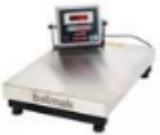


TABELA 1



ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANT.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	<b>BALCÃO DE DISTRIBUIÇÃO AQUECIDO</b> Balcão de distribuição aquecido, totalmente em aço inoxidável AISI 304 escovado 18/8, banho-maria, aquecimento por meio de resistência elétrica de imersão, controladora para graduação e ligação do sistema de resistências internas, com termostato digital. 6 cubas gastronômicas (GN) 1/1 – 200 mm com alças móveis e tampa em aço inox (inclusas). Rodízios de 4" – 2 fixos e 2 giratórios com freio. Protetor salivar em vidro reto temperado de 8 mm (ou material similar de mesma resistência e transparência). 1 corre bandeja, tanque banho-maria e gabinete em aço inox liso escovado. Possui entrada de água e dreno para escoamento do reservatório de aquecimento. <b>Dimensões aproximadas: largura entre 2000 mm e 2200 mm, profundidade entre 700 mm e 900 mm, altura entre 850 mm e 950 mm.</b> Potência mínima: 2500W, voltagem 220V. <b>Garantia mínima de 12 meses.</b>	610519	Unidade	3	11.916,66	35.749,98





						
2	<p><b>BALCÃO DE DISTRIBUIÇÃO REFRIGERADO</b> Balcão de distribuição refrigerado, totalmente em aço inoxidável AISI 304 escovado 18/8. Temperatura de trabalho entre +2°C e +6°C, com termostato digital. Sistema de refrigeração estática ou ventilada (ambas aceitas), com degelo automático. 4 cubas gastronômicas (GN) 1/1 – 100 mm com alças móveis e tampa em aço inox (inclusas). Rodízios de 4" – 2 fixos e 2 giratórios com freio. Protetor salivar em vidro reto temperado de 8 mm (ou material equivalente). 1 corre bandeja e gabinete em aço inox liso escovado. Possui dreno para escoamento de água do degelo. <b>Dimensões aproximadas: largura entre 1400 mm e 1600 mm, profundidade entre 700 mm e 850 mm, altura entre 850 mm e 950 mm.</b> Potência mínima: 270W, voltagem 220V</p> 	302916	Unidade	3	11.016,67	33.050,01
3	<p><b>LAVADORA ALTA PRESSÃO</b></p> <p>- Pressão: 2.175 PSI; Vazão: 600 L/H; Tensão: 220 V; Potência Consumida: 3,3 KW; Características Adicionais: mangueira 7,5 m; Tipo: Lava-Jato; Frequência: 60 HZ. <b>certificação INMETRO</b></p> 	449867	Unidade	3	3.960,33	11.880,99
4	<p><b>BALANÇA ELETRÔNICA</b> - Capacidade Pesagem: 30 KG; Características Adicionais: Alta sensibilidade, prato em aço inoxidável, nível , tipo painel: LCD , voltagem: 220, Selo INMETRO.</p> 	288764	Unidade	3	834,67	2.504,01


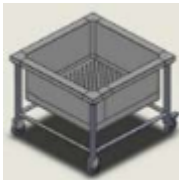


5	<p><b>ROUPEIRO EM AÇO COM 08 PORTAS GRANDES</b> – acabamento superficial pintura epóxi pó eletrostática e fosfatizado; cor cinza; quantidade portas 8 unidades ; características adicionais tipo roupeiro e sapatas niveladoras de altura., pitão para cadeado, material chapa aço 24 e 26. Dimensões mínimas: 1,94X1,22X0,42.</p> 	463054	Unidade	30	1.512,13	45.363,90
6	<p><b>MESA PARA REFEITÓRIO-</b> Mesa para refeitório, sem bancos, acessível para cadeirantes. Tampo em chapa inox AISI 304 #18. Estrutura em metalon inox 30x30 mm #18. Sapatas niveladoras com superfície de nylon injetado. <b>Dimensões do tampo: comprimento 2400 mm, largura entre 700 mm e 800 mm, altura 750 mm. A estrutura deve garantir estabilidade sem necessidade de apoio central adicional.</b></p> 	318883	Unidade	9	3.361,88	30.256,92
7	<p><b>MESA PARA REFEITÓRIO</b> - Mesa para refeitório com 8 cadeiras. Tampo em MDF com revestimento laminado melamínico, espessura 25 mm. Altura 750 mm. Estrutura em tubo de aço galvanizado com pintura epóxi. <b>Comprimento 2000 mm, largura 1000 mm.</b> Cadeiras com encosto em tubo de aço galvanizado, assento e cor branca. <b>Inclui entrega e montagem nos campi de Altos, Barras e Esperantina (PI), devendo o fornecedor indicar cronograma e equipe técnica para montagem.</b> Quantidade: 48 unidades.</p> 	483357	Unidade	48	3.100,00	148.800,00
8	<p><b>CORTINA DE AR</b> com controle remoto. Barreira contra poeira e insetos. Para instalação em restaurante. Com ventilador centrífugo, com pás curvadas para frente. Cor branca. 240w de potência. 60 Hz. Vazão de ar: 1900m3/h. 220V. Baixo nível de ruído. Garantia mínima de 12 meses.</p>	452993	Unidade	12	1.026,45	12.317,40







						
9	<p><b>BALANÇA PLATAFORMA</b> – Totalmente executada em chapa de aço inoxidável AISI 304, funcionamento eletrônico, com painel digital. Cap. 300 kg, fração de 100 gramas. Dimensões aproximadas 900x900x230mm. Bivolt.</p> 	384273	Unidade	3	1.458,00	4.374,00
10	<p><b>GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL</b> – 4 PORTAS: modelo refrigerador industrial tipo vertical; isolamento térmico e com capacidade aproximada de 810-1000 litros; com degelo automático; estrutura e portas revestidas interna e externamente em aço inox; contendo 08 prateleiras internas gradeadas reguláveis e sistema de resfriamento; com aproximadamente 1300x750x2100mm; potência de motor 1 /2 HP; temperatura de 0°C a 8°C; voltagem de 220 v; termostato de regulação; garantia mínima de 01 ano a partir da data de entrega do produto; fabricado de acordo com as normas vigentes obrigatórias da ABNT.</p> 	445213	Unidade	3	9.793,14	29.379,42
11	<p><b>CARRO PLATAFORMA EM CHAPA LISA</b> – Capacidade para transporte de 300 Kg. Base e chassis totalmente fabricados em aço inoxidável AISI304, liga 18.8, chapa de 1 mm de espessura e tubo de 38,1 mm de diâmetro, com espessura de 1,27mm, alça em aço inox tubular, soldado em atmosfera inerte de argônio, com acabamento escovado. Pés niveladores em nylon, dotado de 4 rodízios giratórios de 4" de diâmetro, sendo dois com freio. Garantia mínima de 12 meses.</p> 	334917	Unidade	3	1.449,00	4.347,00




12	<p><b>FOGÃO A GÁS CENTRO 8 BOCAS DUPLAS</b> Fogão a gás GLP, centro, 8 bocas duplas (coroa + cachimbo). Construído em aço inoxidável AISI 304 liga 18.8. Tampo superior em aço inox. 8 grelhas em ferro fundido medindo <b>mínimo 400x400 mm</b>, capazes de suportar panelas de até <b>50 cm de diâmetro</b> com estabilidade. 8 queimadores em ferro fundido tipo coroa e cachimbo. Manípulos individuais em baquelite. Bandeja inferior coletora de resíduos em aço inox. Prateleira inferior gradeada em aço inox. Montantes estruturais com niveladores de altura. Dimensões aproximadas: 2100x1100x800 mm (<b>tolerância de ±5%</b>). de diâmetro para cozimento. <b>certificação INMETRO</b></p> 	436956	Unidade	2	5.366,93	10.733,86
13	<p>Forno combinado a gás GLP, capacidade para 11 GN 1/1x65 mm (compatível com outras profundidades). Temperatura de 50°C a 250°C. Suporte interno removível para GN. Comando eletrônico com display digital para temperatura e tempo. <b>Deve possuir, no mínimo, as funções de: assar com ar seco, cozinhar a vapor, combinado (vapor + ar seco), regenerar e descongelar.</b> Geração de vapor por injeção direta. Construído em aço inoxidável. Visor frontal com vidro duplo. Iluminação interna. <b>Dimensões aproximadas (tolerância de ±5%): largura 967 mm, profundidade 1048 mm, altura 1197 mm.</b> Potência elétrica máxima 0,7 kW. Acompanha 11 GN 1/1 perfurada. <b>Certificação INMETRO.</b></p> 	258390	Unidade	3	24.876,66	74.629,98
14	<p><b>FREEZER HORIZONTAL 510-550 L</b> –Interior feito com liga metálica de alta resistência à corrosão. Segue o novo padrão brasileiro de plugue. 110v/220v bivolt. Características: Dreno frontal: sim; Fechadura de segurança: Sim; Função: freezer ou refrigerador; Tipo de freezer: horizontal; Armazenamento líquido: 510 l. Energia: Classe A em consumo de energia; Consumo aproximado de energia: 70,41 kwh; Classificação energética: A Itens: 4 pés com rodízio; Pés: sim – rodízio; Portas: 2; Rodízios para transporte: sim; Tipo de degelo: manual; Controle de temperatura: sim; Pannel de controle: sim. Dimensões: Altura: 96 cm; Largura: 147,3 cm; Profundidade: 78 cm; Garantia: 12 meses.</p>	432552	Unidade	15	3.574,10	53.611,5

						
15	<p><b>CARRINHO INDUSTRIAL</b> – Carro para degelo de carnes, capacidade de 285 litros, com urna construída em chapa de aço inoxidável aisi 304, liga 18.8, acabamento pré-polido e cantos arredondados, com registro de fecho rápido de 1 ½” de ø para escoamento, estrutura inferior reforçada para apoio de 4 rodízios de placa, sendo dois fixos e dois giratórios com freio, alça de manobra em tubo inox. - garantia: mínima 12 meses.</p> 	622303	Unidade	3	3.300,71	9.902,13
16	<p><b>LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL EM AÇO INOX</b> - Capacidade 8 Litros. Corpo do motor em aço inox. Copo em inox com alças laterais. Tampa em alumínio. 220 V. Frequência: 50/60 Hz. Potência: ½ CV. Rotação: 3740 rpm. Modelo classificado com melhor classe de eficiência na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE). Garantia mínima de 12 meses <b>certificação INMETRO</b></p> 	219500	Unidade	6	742,90	4.457,40
17	<p><b>ARMADILHA ELÉTRICA</b> para o controle de insetos voadores. Dimensões aproximadas: A=28cm, L=41cm. Potência Nominal: 30 watts; Alimentação: 220 V (210-240Vca), 50-60 Hz; Lâmpadas: UVA (Ultravioleta) 2 x T8 /G13 10 W, 33 cm /240 Vca; Área de abrangência de 50 m; Baixo consumo de energia. Seguro e inofensivo; Construção em liga de alumínio inoxidável. Não corrosivo; Sem fumaça e sem poluição química.</p> 	112895	Unidade	15	569,50	8.542,50

18	<p><b>CARRO PARA TRANSPORTE DE CEREAIS E VERDURAS</b> - Em aço inox 304 liga 18.8. Sistema basculante de cuba com peneira fixa. Estrutura em perfil tubular quadrado de 25x25mm com alça tubular frontal Ø 1 1/4 para transporte.Capacidade: 70 litros. Dotado de 04 rodízios giratórios de Ø4", sendo os frontais com freio. Dimensões: 470 x 790 x 850 mm. Soldas em atmosfera inerte de argônio, invisíveis.</p> 	330304	Unidade	3	1.994,00	5.982,00
19	<p>Carro para remolho de talheres em aço inox AISI 304 liga 18.8. Cuba com dreno inferior com fecho rápido de 1/2". Fundo perfurado removível com alça tubular frontal. Pés tubulares com contraventamento. 4 rodízios giratórios Ø4", sendo os posteriores com freio. Capacidade: 100 litros. <b>Dimensões aproximadas (tolerância de ±3%): 900 x 700 x 850 mm (C x L x A).</b> Soldas em atmosfera inerte.</p> 		Unidade	3	1.923,45	5.770,35
20	<p><b>ESGUICHO DE PRÉ-LAVAGEM DE PAREDE</b> construído em tubo flexível de 1 com proteção em aço inoxidável AISI-304 liga 18.8 com conexões no mesmo material, mangueira tipo pneumática e pistola de pressão com acionamento vertical tipo gatilho, altura 1000mm e comprimento de 4000mm.</p> 	486555	Unidade	9	673,20	6.058,80
21	<p>Climatizador evaporativo para uso industrial, com área de cobertura entre 100 m² e 150 m². Painel digital, 3 velocidades, função swing. Potência: 750 W. Reservatório de água <b>com capacidade mínima de 100 litros</b> (120 litros preferencialmente). Tensão 220V. <b>Dimensões aproximadas com tolerância de ±5% em relação a: 660 x 1120 x 1490 mm (A x L x C).</b> Garantia mínima de 12 meses.</p> 	485826	Unidade	15	8.365,00	125.475,00
	<p>Fatiador de carnes em aço inox, motor monofásico 1/2 CV (700W), 220V, 60Hz. Disco fatiador temperado, cromado e polido. Regulagem milimétrica de espessura até 15 mm. Sistema de segurança com sensor na tampa da lâmina, botão de emergência, chave geral e antirrearme. Carro com protetor semicircular. Conformidade com NR-12 e certificação INMETRO. O</p>					

22	<p>fornecedor deve possuir assistência técnica autorizada em território nacional, com capacidade de atendimento no estado do Piauí (Teresina ou região), entrega nos municípios de Altos, Barras e Esperantina. Garantia mínima de 12 meses.</p> 	230201	Unidade	3	13.221,33	39.663,99
23	<p><b>MESA COM TAMPO LISO DE CENTRO COM PARTE INFERIOR GRADEADA</b> – Em aço inox 304, liga 18.8 #18. Tampo superior liso. Grade inferior com 40mm. Possui perfis de reforço estrutural. Contraventamento tubular Ø1" e pés Ø1 1/2" com niveladores de altura. Prateleira inferior gradeada em aço inoxidável. Dimensões: 1600 comprimento) x700(largura)x 900(altura) mm. Com Soldas em atmosfera inerte de argônio, invisíveis.</p> 	464844	Unidade	12	1.572,00	18.864,00
24	<p>Batedeira planetária <b>para uso industrial</b>, com tigela em aço inox com capacidade <b>mínima de 20 litros</b> (recomendado 20L a 30L). Cor preta (ou similar). <b>Controles: mínimo 6 velocidades + função turbo (ou pulsador)</b>. Batedores: 3 pares (espiral, globo, raquete). Tensão 220V. Acompanha tampa antirrespingos. Certificação INMETRO. Garantia mínima de 12 meses.</p> 	450916	Unidade	3	1.948,05	5.844,15
25	<p><b>ESTANTE 04 PLANOS LISOS</b> – metálica, material: aço inoxidável aisi 304 18.8, altura: 1,80 m, largura:1 m, profundidade: 50 cm, tipo prateleiras: reguláveis e removíveis, quantidade de prateleiras: 4un, características adicionais: prateleiras lisas, capacidade: 300 kg.</p> 	613888	Unidade	15	2.250,00	33.750,00

26	<p><b>BANQUETA.</b> toda em aço inox inoxidável AISI 304, liga 18.8, bitola 18, com quatro pernas de 60 cm de altura com banco fixo e encosto de 20 cm de altura tubulação 1 ¼ ". Soldas em atmosfera inerte de argônio, invisíveis.</p> 	257665	Unidade	30	718.40	21.552,00
27	<p><b>LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL EM AÇO INOX</b> Capacidade 2 Litros. Corpo do motor em aço inox. Copo em inox com alças laterais. Tampa em alumínio. motor 1/3 hp, bivolt 110 e 220v, lâminas e corte em aço inox reforçado, pés de borracha antivibração. Garantia mínima de 12 meses. <b>certificação INMETRO</b></p> 	405225	Unidade	6	545,02	3.270,12
28	<p>Chapa bifeteira a gás GLP, construção em aço inox AISI 304. Chapa de cocção em aço carbono com <b>espessura mínima de 12 mm</b>. Produção aproximada de 260 bifes/h. Queimadores em tubo de aço inox. Acendimento externo. <b>Dimensões aproximadas (tolerância de ±5%): largura 900 mm, profundidade entre 700 mm e 850 mm (não superior a 900 mm), altura 900 mm.</b> Altura do piso até a chapa: aproximadamente 850 mm. Pés tubulares com sapatas niveladoras. Certificação INMETRO.</p> 	442496	Unidade	3	5.294,95	15.884,85
29	<p><b>EXAUSTOR,</b> MATERIAL CHAPAAÇO TRATADO, HÉLICE 6 PÁS EM NYLON, APLICAÇÃO PAREDE, DIÂMETRO 60 CM, MOTOR BLINDADO, POTÊNCIA MOTOR 3 /4 HP, ROTAÇÃO MOTOR 1550 RPM, TENSÃO 220 V, VAZÃO 10000 M3/H.</p> 	290671	Unidade	15	944,96	14.174,40

30	<p><b>MÁQUINA DE LAVAR LOUÇA INDUSTRIAL (TIPO PORTA) – IDEAL PARA RESTAURANTES.</b>  Máquina de lavar louça industrial tipo porta (gaveta). Estrutura em aço inox AISI 304. Capacidade mecânica: 28, 40 ou 60 gavetas/hora (qualquer uma aceita). Ciclos de lavagem + enxágue: 60, 90 ou 130 segundos. Operações por braços giratórios superiores e inferiores. Higieniza bandejas, pratos, talheres, copos, xícaras. Alimentação elétrica: <b>220V monofásico ou trifásico (o fornecedor deverá adequar-se à disponibilidade do local, sendo aceitos ambos)</b>. Aquecimento elétrico da lavagem e do enxágue. Termômetros para lavagem e enxágue. Temperatura lavagem: 55°C a 65°C; enxágue: 80°C a 90°C. Consumo de água: até 3 litros/ciclo. <b>Dimensões aproximadas (tolerância de ±5%) – com porta fechada: 620 x 680 x 1400 mm.</b> Acompanha: 2 racks de pinos, 1 rack liso, 1 rack para copos, mangueiras e manual. Certificação INMETRO + NR-12. Garantia 12 meses.</p> 	445455	Unidade	3	25.960,63	77.881,89
31	<p><b>DESCACADOR DE LEGUMES INDUSTRIAL</b> - Descascador Legumes Material: Aço Inoxidável , Capacidade: 10 KG, Produção Aproximada: 200 KG/H, Potência Motor: 1/3 CV, Tensão Alimentação: 220 V, Aplicação: Cozinha Industrial , Tipo: Elétrico. <b>certificação INMETRO</b></p> 	451023	Unidade	3	3.028,00	9.084,00
32	<p><b>BATEDEIRA PLANETÁRIA INDUSTRIAL 12 LITROS.</b> Bivolt. Monofásica. 10 Velocidades. com 3 tipos de batedores. Estrutura em aço carbono com acabamento em Pintura epóxi. Tacho em aço inoxidável 304, batedores, tipo globo, raquete e espiral, em alumínio. Potência 1200 W. Equipamento de acordo com a normativa do INMETRO. <b>certificação INMETRO</b></p> 	350950	Unidade	3	3.711,00	11.133,00
				<b>TOTAL GLOBAL</b>	914.289,60	

1.1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador.

1.1.2 Trata-se de Sistema de Registro de Preços, sem garantia de contratação total imediata, podendo haver



empenho parcial ou variável ao longo da vigência da ata, **dentro do limite quantitativo máximo previamente estabelecido para cada item.**

TABELA 2

ITEM	ALTOS	BARRAS	ESPERANTINA	TOTAL
1	1	1	1	3
2	1	1	1	3
3	1	1	1	3
4	1	1	1	3
5	10	10	10	30
6	3	3	3	9
7	0	24	24	48
8	4	4	4	12
9	1	1	1	3
10	1	1	1	3
11	1	1	1	3
12	1	1	1	3
13	1	1	1	3
14	5	5	5	15
15	1	1	1	3
16	2	2	2	6
17	5	5	5	15
18	1	1	1	3
19	1	1	1	3
20	3	3	3	9
21	5	5	5	15
22	1	1	1	3
23	4	4	4	12
24	1	1	1	3
25	5	5	5	15
26	10	10	10	30
27	2	2	2	6
28	1	1	1	3
29	5	5	5	15
30	1	1	1	3
31	1	1	1	3
32	1	1	1	3

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da data da assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5 O prazo de vigência da Ata de Registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.10 Os itens solicitados não estão previstos no Catálogo de Bens Padronizados.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### ***Sustentabilidade***

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações.

4.1.2 Os resíduos decorrentes das fabricações dos produtos cotados deverão ter destinação ambiental adequada;

4.1.3 Os equipamentos possam ter destinação ambiental adequada após o final do ciclo de seu funcionamento (tempo de uso);

4.1.4 A logística reversa deve ser de responsabilidade da contratada, devendo a mesma obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive embalagens dos produtos utilizados. Dentre as normas da legislação obrigatória a ser seguida, destacam-se: o Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, a IN/SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

4.1.5 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme norma da ABNT–NBR;

4.1.6 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.7 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.8 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil- polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4.1.9 Todos os fabricantes dos materiais enquadrados no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 15 de março de 2013, são obrigados a ter o registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo Artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

#### ***Indicação de marcas ou modelos***

4.2. Não haverá indicação de marca ou modelo específico.

#### ***Da exigência de amostra***

4.3. Não haverá exigência de amostras

Da exigência de carta de solidariedade

4.4 Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.7. Na presente licitação, não será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme justificativa no Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (tinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez.) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

TABELA 3

CAMPUS	LOCAL DE ENTREGA
ESPERANTINA	Rodoanel de Esperantina - Gleba Ipanema - Data Boa Esperança, s/n - CEP 64.180-000 - Esperantina - PI - Sede do Campus IFPI Esperantina
BARRAS	Rodovia PI 212 número s/n - CEP 64.100-000 - Barras - PI - Sede do Campus IFPI Barras
ALTOS	BR 223 Estrada Altos – Coivaras, S/N – CEP 64.290-000 ALTOS - PI - Sede do Campus IFPI Altos

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### 7.2.4. Multa:

*7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias*

*7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

*7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

*7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação

de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**8.9. Os bens deverão ser entregues em perfeitas condições de funcionamento, como condição para o recebimento do objeto, devendo os equipamentos ser entregues em perfeitas condições de funcionamento..**

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impositivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/01/2026.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão



reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

*9.3.1. Valores unitários: conforme na tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.*

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *[patrimônio líquido mínimo]* de 5% [cinco] do *valor total estimado da contratação*

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

9.31. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo estimado dos materiais para os itens em disputa.*

*emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.31.1. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

9.31.2. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

### Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 914.289,60 (Novecentos e quatorze mil, duzentos e oitenta e nove e sessenta centavos)** conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

***(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)***

### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 10 (dez)*., contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital* seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

no Termo de Referência e em

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas

cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta).

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

*5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

*5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

*5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

*5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

*5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Teresina (PI), Seção Judiciária do Piauí para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº. 90023/2026....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)



15. ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

A Empresa.....(razão social, CNPJ, endereço, tel, fax, e-mail).....de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 90023/2026, apresenta proposta conforme descrição abaixo:

1. - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital e seus anexos do Pregão Eletrônico nº 90023/2026, com os quais concordamos plenamente, vimos apresentar a nossa proposta.

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA)	MARCA/ MODELO	UNIDADE	QTD	PREÇO (R\$)	
					UNIT	TOTAL
.....						
					TOTAL	

2. - VALIDADE DA PROPOSTA:

Em consonância com o edital e seus anexos do Pregão Eletrônico nº 90023/2026, esta proposta é válida no prazo, conforme estabelecido no edital, a contar do dia de hoje, data de apresentação desta proposta.

3. - PRAZO DE ENTREGA

Em consonância com o Anexo I – Termo de Referência, o prazo de entrega do material é de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, pelo Fornecedor, da ordem de fornecimento, da Nota de Empenho ou da data de assinatura do contrato.

4. - INFORMAÇÕES BANCÁRIAS:

Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária para a seguinte conta:

BANCO \_\_\_\_\_ AGÊNCIA \_\_\_\_\_

CONTA CORRENTE Nº: \_\_\_\_\_

Local/data

CARIMBO COM CNPJ E ASSINATURA (DIGITAL)

REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GUGLIELMO SIQUEIRA GOMES**

MEMBRO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO



*Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 08:56:49.*

**PRISCILLA MENESES DE MACEDO**

MEMBRO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO



*Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 09:35:01.*

**KLESIO WESLEY AVELINO DE MELO**

MEMBRO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO



*Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 08:41:50.*

INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TECNOLOGIA PIAUÍ

Ata de Registro de Preços 62/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
62/2026	158146-INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TECNOLOGIA PIAUÍ	ANTONIO FRANCISCO MARTINS FORTES	15/05/2026 10:32 (v 0.4)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23172.000841/2026-98

1. DO OBJETO

ANEXO IV

Pregão Eletrônico nº 90023/2026

Processo Administrativo nº 23172.000841/2026-98

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, com sede no(a) Av. Jânio Quadros, 330 - Bairro Santa Isabel - CEP 64.053-090 - Teresina-PI, inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ] nº 10.806.496/0001-49 neste ato representado pelo Reitor Paulo Borges da Cunha, nomeado pelo DECRETOS DE 28 DE AGOSTO DE 2025, publicado no Diário Oficial da União, em 29 de agosto de 2025, seção 2, página 1], considerando o julgamento da *[licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º 23172.000841/2026-98 RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação nº 90023/2026 sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:*

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição eventual de equipamentos para refeitórios especificado no item ..... do Termo de Referência, anexo I do *edital de licitação nº 90023/2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado , as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

--	--

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Reitoria (REI /IFPI) – UASG: 158146.

LOCAL DE ENTREGA				
ITEM	ALTOS	BARRAS	ESPERANTINA	TOTAL
1	1	1	1	3
2	1	1	1	3
3	1	1	1	3
4	1	1	1	3
5	10	10	10	30
6	3	3	3	9
7	0	24	24	48
8	4	4	4	12
9	1	1	1	3

10	1	1	1	3
11	1	1	1	3
12	1	1	1	3
13	1	1	1	3
14	5	5	5	15
15	1	1	1	3
16	2	2	2	6
17	5	5	5	15
18	1	1	1	3
19	1	1	1	3
20	3	3	3	9
21	5	5	5	15
22	1	1	1	3
23	4	4	4	12
24	1	1	1	3
25	5	5	5	15
26	10	10	10	30
27	2	2	2	6
28	1	1	1	3
29	5	5	5	15
30	1	1	1	3

31	1	1	1	3
32	1	1	1	3

## 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

### Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item

4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. *Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.*

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. *O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.*

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*, e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *[edital]* poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

## 12. ANEXO

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item de TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO FRANCISCO MARTINS FORTES

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 10:32:55.

## INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TECNOLOGIA PIAUÍ

**Estudo Técnico Preliminar 97/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23172.000841/2026-98

**2. Mais Informações**

Em Atendimento a **PORTARIA Nº 741/2026, DE 09.03.2026**, e com base no **Documento de Formalização da Demanda 367/2026**, a Equipe de Planejamento da Contratação vinculada ao GAB/REI/IFPI, elaborou o presente Estudo visando assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, em todas as etapas e em consonância com as diretrizes estabelecidas na alínea, com a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, com o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, com a Instrução normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, com a Instrução normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, com a Instrução normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, com a Lei nº 11.892/2008 e com o **Plano Nacional de Educação (PNE)** e da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996)**.

**3. Descrição da necessidade****Aquisição de EQUIPAMENTOS PARA REFEITÓRIO**

3.1 Este estudo pauta-se no registro de preços para aquisição de **EQUIPAMENTOS PARA REFEITÓRIO** para atender às necessidades dos novos campi do Instituto Federal do Piauí (IFPI) e participantes, conforme plano de Expansão da Rede Federal. Nota Técnica Conjunta nº 47/2024/DDR/SETEC/SETEC, de 23 de março de 2024, que trata da Expansão da Rede Federal EPCT - Novo PAC.

3.2 Esta aquisição faz parte do Programa de Consolidação e Reestruturação da Rede Educação Profissional Científica e Tecnológica com a construção novos campi serão instalados em municípios que ainda não possuíam unidades ou que registram número baixo de matrículas em cursos técnicos de nível médio. A expansão da Rede está alinhada com o Plano Nacional de Educação (PNE), que tem como meta triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, sendo pelo menos 50% da expansão oferecida pelo segmento público.

3.3 Cabe trazer à baila o dispositivo do art. 19, inciso I, da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº. 14.133/2021) que positiva que os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços.

3.4 Como estratégia para reduzir custos - logística e transporte - e aumentar a competitividade, além de **evitar que fornecedores distantes incorporem custos elevados de frete no preço final**, a licitação será realizada EXCLUSIVAMENTE para os Campi do IFPI.

**Das especificidades do objeto**

3.5 Trata-se de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços – SRP importante instrumento de planejamento, no âmbito das contratações públicas, quando da execução das políticas públicas, uma vez que permite o registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras.

3.6 O Decreto nº. 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, disciplina que poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial, quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas.

3.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.8 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contados da publicação do extrato da ata de registro de preços no Diário Oficial da União, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.9 Durante a vigência da ata de registro de preços, os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal, Estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos presentes na referida ata.

3.10 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11 Os bens a serem adquiridos são classificados como 'BENS COMUNS', devido às suas características que os tornam 'comumente' encontrados no mercado.

3.12 O fornecimento dos bens não contempla item de Catálogo Padronizadas publicados pelo Órgão Central do SISP, disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas.

3.13 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no **conforme Plano Expansão da Rede Federal**, e será formalizado conforme preconizado no Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre o Sistema de Registro de Preços.

3.14 O IFPI não possui o Plano Diretor de Logística Sustentáveis concluído. Encontra-se em fase de planejamento.

3.15 Em atendimento aos limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços estabelecidos no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, as normas internas do IFPI estabelece às competências, dentre elas às de responsáveis pela promoção das ações relativas à contratação de bens e serviços, bem como pela aprovação das fases do planejamento e da licitação, culminando na homologação do certame, conforme relação disposta nos artigos 17 e 18 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16 Conforme fluxo de processos implementado no SUAP, todas essas etapas do processo de licitação são aprovadas/autorizadas pela Autoridade Competente, qual seja o Ordenador de Despesas/Diretor, o qual detém a discricionariedade de promover as contratações necessárias ao funcionamento dos Campi, desde que previamente autorizadas no PCA.

**Da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) - § 1º do art. 86 dispensa a abertura de IRP quando o órgão ou a entidade gerenciadora "for o único contratante"**

3.17 Quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, registra-se que a Lei 14.133/2021, em seu Art. 86 § 1º, admite a dispensa da intenção de registro de preços quando o órgão for o único contratante, como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal:

Art. 86º (...) §1º O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante. Assim, embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelos órgãos e entidades, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, quando o órgão for o único contratante. Como o objeto será de uso exclusivo da IFPI, o órgão será o único contratante.

**3.17.1** Esclarece-se que, embora o procedimento licitatório seja realizado no âmbito do IFPI como órgão gerenciador único, **não será publicada a Intenção de Registro de Preços (IRP)** para participação irrestrita de todos os órgãos interessados, tendo em vista que a presente aquisição se destina ao atendimento de demandas específicas, previamente dimensionadas e vinculadas à estruturação dos novos campi de Altos, Barras e Esperantina, conforme plano de expansão do IFPI.

**3.17.2** Não obstante, a ata de registro de preços decorrente deste certame será liberada para adesão por outros órgãos e entidades da Administração Pública, na condição de não participantes, observados os requisitos do Decreto nº 11.462 /2023, da Lei nº 14.133/2021, bem como as demais normas aplicáveis, sendo facultada a adesão mediante justificativa da vantajosidade e autorização do órgão gerenciador. **A permissão de adesão torna a ata mais competitiva, pois amplia o mercado potencial do fornecedor, estimula melhores propostas comerciais e possibilita ganho econômico à empresa contratada sem novos certames licitatórios.**

3.17.3 Conclui-se que, a regra do art. 86 da Lei 14.133/21 (e art. 9º do Decreto Federal nº 11.462/2023) é a de que o órgão ou entidade gerenciadora deverá realizar procedimento público de **Intenção de Registro de Preços (IRP)**. Ao prever a possibilidade de dispensa da **IRP** para o caso em que o órgão/entidade ser "o único contratante", a legislação abre espaço para uma série de possibilidades justificadamente:

(i) quando o bem/serviço/solução que se pretende registrar atende a necessidade peculiar do gerenciador;

(ii) devido ao custo de transação e o impacto sobre a atividade administrativa, sobretudo em realidades administrativas.

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pró-reitoria de Administração	Larissa Santiago de Amorim Castro

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 Como requisito para esta aquisição, as empresas participantes deverão observar as exigências pertinentes a cada item desta licitação, a saber, aquelas com previsão em legislação, normas ou resoluções correlatas; as quais relacionamos abaixo:

### Requisitos de sustentabilidade

5.2 Após consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, verificamos que o objeto não consta na parte específica que detalha os aspectos sustentáveis e ambientais que devem ser seguidos em processos de contratações de alguns objetos.

5.2.1 Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações.

5.2.2 Os resíduos decorrentes das fabricações dos produtos cotados deverão ter destinação ambiental adequada;

5.2.3 Os equipamentos possam ter destinação ambiental adequada após o final do ciclo de seu funcionamento (tempo de uso);

5.2.4 A logística reversa deve ser de responsabilidade da contratada, devendo a mesma obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive embalagens dos produtos utilizados. Dentre as normas da legislação obrigatória a ser seguida, destacam-se: o Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, a IN/SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

5.2.5 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme norma da ABNT–NBR;

5.2.6 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.2.7 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.2.8 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

5.2.8 Todos os fabricantes dos materiais enquadrados no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 15 de março de 2013, são obrigados a ter o registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo Artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

5.2.9 Para os itens 06 e 08, ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será solicitado que apresente ou envie, juntamente com a proposta, ou no prazo máximo de 1 (um) dia útil após a solicitação pelo pregoeiro, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, sob pena de não-aceitação da proposta, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.

### Requisitos relativos a marcas ou modelos

5.3 Não será vedado o fornecimento de marca ou modelo específico.

### Requisitos relativos ao fornecimento de amostra

5.4 Não haverá exigência de amostra de nenhum item.

### Requisitos relativos à possibilidade de subcontratação

5.5 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

#### Da exigência de seguro garantia

5.6 Entende-se que a presente aquisição não necessita da exigência de seguro garantia. Na forma do artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, pois, trata-se de fornecimentos em pequenas quantidades que não envolvem valores vultuosos do objeto licitados.

#### Da exigência de carta de solidariedade

5.7 Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

#### Qualificação Técnica

5.8 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo estimado dos materiais para os itens em disputa.

5.9 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

5.10 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**JUSTIFICATIVA PARA TAIS EXIGÊNCIAS:** Tais exigências são necessárias por tratar-se de aquisição de bens que requerem qualificação e experiência mínima necessária para a execução do objeto de forma satisfatória e nos níveis de qualidade e segurança exigidos pela legislação.

#### Prazo de Entrega

5.11 o prazo de entrega deverá ser de 30 dias contados do recebimento da nota de empenho, podendo ser prorrogado à critério da Administração.

5.12 A entrega ocorrerá em remessa única, a qual corresponde à quantidade informada no empenho ou na Ordem de Fornecimento; que não necessariamente corresponderá aos valores totais registrados. Os bens serão recebidos pelo(a) servidor(a) responsável pela solicitação da compra ou setor administrativo destinado par tal fim. Se rejeitados, no todo ou em parte, deverão ser substituídos no prazo de **(15) quinze dias úteis**, a contar da notificação da Contratante, sem custas a esta última e sem prejuízo da aplicação de multa e penalidades cabíveis, cujo valores serão delimitados em cláusula correspondente do Edital e Anexos.

5.13 Os bens serão **recebidos definitivamente** no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data na qual ocorrer o recebimento provisório. O recebimento definitivo deverá ser efetuado pelo servidor responsável se, e somente, verificado e constatado o atendimento da qualidade e quantitativo já definidos no edital. O recebimento definitivo será presumido se este não estiver formalizado até o esgotamento do prazo supramencionado. A formalização dos recebimentos pela Contratante não eliminará da Contratada a responsabilidade pelo cumprimento do contrato, cujos termos aludem ao Edital e Anexos.

**COTA RESERVADA** (art. 48, III da Lei Complementar n. 123, de 2006 (atualizada pela LC n. 147/2014)).

5.14 A utilização do percentual legalmente destinado a microempresas e empresas de pequeno porte, não se mostra aplicável ao presente procedimento, em virtude das exigências técnicas de **padronização**, das restrições operacionais da **logística de distribuição** e da imperiosa necessidade de **uniformização dos custos de aquisição**, as quais, em conjunto, configuram motivação idônea e justificada para a exclusão do referido regime especial de contratação, conforme autorizado pela legislação pertinente.

#### Requisitos relativos ao fornecimento de catálogo / folder de cada produto cotado

5.15 A critério do Pregoeiro, poderá ser solicitado para fins de diligências, o catálogo / folder de cada produto cotado com imagens, contendo a marca (se houver), fabricante e código/referência do produto cotado que necessariamente deverá ser o mesmo indicado na proposta.

## 6. Levantamento de Mercado

6.1 Visando verificar as soluções de mercado capazes de atender aos requisitos especificados, foram analisados processos similares realizados por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º da IN Seges/ME nº 65/2021 onde identificamos as informações, conforme relatório de pesquisa de de Preços, apensado aos autos.



6.2 EQUIPAMENTOS PARA REFEITÓRIO

- 6.2.1 Com base nas pesquisas de mercado, constatamos que este produto é amplamente ofertados no mercado, cuja fabricação e comercialização devem observar às normas técnicas específicas.
- 6.2.2 É possível inferir que o mercado oferece produtos dentro dos parâmetros definidos nas normas relacionadas a padronização e aos preços de mercado através da pesquisa em sites especializados e com base nas licitações anteriores gerenciadas por outros órgãos.

7. Descrição da solução como um todo





- 7.1 A aquisição será realizada pelo **Sistema de Registro de Preços ou por Adesão a Ata de Registro de Preços**, pois entendemos que os bens requeridos são para ambientes com obras ainda em andamento, com prazos de entrega diferentes nos diversos *campi*, o que torna a conciliar a aquisição dos itens pela Administração no prazo certo para utilizar os espaços, um desafio, só contornado com o auxílio do registro de preços que pode se estender por até dois anos.
- 7.2 As exigências de **habilitação** serão aquelas relacionadas no edital e anexos, em cláusulas específicas, e contemplarão os seguintes níveis: Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico- Financeira. O tipo da licitação é o ‘Menor Preço do Item’, cuja adjudicação dar-se-á ao licitante que ofertar o menor preço — o qual não ultrapassará o ‘valor unitário máximo aceitável’ dos itens correspondentes na tabela.
- 7.3 A aceitabilidade de preço **critério de julgamento** ocorrerá pelo valor unitário do item, menor preço ofertado, e quantitativo total do item. Os valores unitário/total, quantitativos unitários/totais e descritivos completos atualizados, são os dispostos no Mapa de Formação de Preços, Apêndice deste Estudo Técnico Preliminar.
- 7.4 Os bens a serem adquiridos são classificados como ‘BENS COMUNS’, devido às suas características que os tornam ‘comumente’ encontrados no mercado. No entanto, o quantitativo inicialmente especificado não excluiu a necessidade da alteração da quantidade de cada item relacionado: após a publicação da IRP para os IF’s. Os ajustes e alterações das quantidades originalmente elaboradas serão ajustadas em razão da quantidade de participantes.
- 7.5 A aquisição observará os seguintes requisitos, cujos parâmetros para aquisição e fornecimento estarão previstos em cláusula específica do Edital e Anexos.
- 7.6 A descrição dos bens é por vezes difícil, com características técnicas específicas que necessitam de complementação. Em caso de divergências na descrição técnica constante no Compras.Gov e as especificadas neste ETP, prevalecerão as últimas.

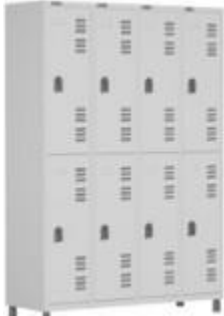



8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 8.1 A estimativa da quantidade a serem adquiridas inicialmente para suprir as necessidades do IFPI (ALTOS, BARRAS E ESPERANTINA).
- 8.2 As quantidades a serem registradas na(s) futura(s) Ata(s) de Registro de Preço serão levantadas individualmente pelas Unidades (campus), conforme tabela abaixo:




TABELA 1

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	ALTOS	BARRAS	ESPERANTINA	TOTAL
1	<b>BALCÃO DE DISTRIBUIÇÃO AQUECIDO</b>  Balcão de distribuição aquecido, totalmente em aço inoxidável AISI 304 escovado 18/8, banho-maria, aquecimento por meio de resistência elétrica de imersão, controladora para graduação e ligação do sistema de resistências internas, com termostato digital. 6 cubas gastronômicas (GN) 1/1 – 200 mm com alças móveis e tampa em aço inox (inclusas). Rodízios de 4" – 2 fixos e 2 giratórios com freio. Protetor salivar em vidro reto temperado de 8 mm (ou material similar de mesma resistência e transparência). 1 corre bandeja, tanque banho-maria e gabinete em aço inox liso escovado. Possui entrada de água e dreno para escoamento do reservatório de aquecimento. <b>Dimensões aproximadas: largura entre 2000 mm e 2200 mm, profundidade entre 700 mm e 900 mm, altura entre 850 mm e 950 mm.</b> Potência mínima: 2500W,	610519	Unidade	1	1	1	3





	<p>voltagem 220V. <b>Garantia mínima de 12 meses.</b></p> 						
2	<p><b>BALCÃO DE DISTRIBUIÇÃO REFRIGERADO</b> Balcão de distribuição refrigerado, totalmente em aço inoxidável AISI 304 escovado 18/8. Temperatura de trabalho entre +2°C e +6°C, com termostato digital. Sistema de refrigeração estática ou ventilada (ambas aceitas), com degelo automático. 4 cubas gastronômicas (GN) 1/1 – 100 mm com alças móveis e tampa em aço inox (inclusas). Rodízios de 4" – 2 fixos e 2 giratórios com freio. Protetor salivar em vidro reto temperado de 8 mm (ou material equivalente). 1 corre bandeja e gabinete em aço inox liso escovado. Possui dreno para escoamento de água do degelo. <b>Dimensões aproximadas: largura entre 1400 mm e 1600 mm, profundidade entre 700 mm e 850 mm, altura entre 850 mm e 950 mm.</b> Potência mínima: 270W, voltagem 220V</p> 	302916	Unidade	1	1	1	3
3	<p><b>LAVADORA ALTA PRESSÃO</b></p> <p>- Pressão: 2.175 PSI; Vazão: 600 L/H; Tensão: 220 V; Potência Consumida: 3,3 KW; Características Adicionais: mangueira 7,5 m; Tipo: Lava-Jato; Frequência: 60 HZ. <b>certificação INMETRO</b></p> 	449867	Unidade	1	1	1	3
4	<p><b>BALANÇA ELETRÔNICA</b> - Capacidade Pesagem: 30 KG; Características Adicionais: Alta sensibilidade, prato em aço inoxidável, nível , tipo painel: LCD , voltagem: 220, Selo INMETRO.</p> 	288764	Unidade	1	1	1	3





5	<p><b>ROUPEIRO EM AÇO COM 08 PORTAS G R A N D E S</b>            acabamento superficial pintura epóxi pó eletrostática e fosfatizado; cor cinza; quantidade portas 8 unidades ; características adicionais tipo roupeiro e sapatas niveladoras de altura., pitão para cadeado, material chapa aço 24 e 26.            Dimensões mínimas: 1,94X1,22X0,42.</p> 	463054	Unidade	10	10	10	30
6	<p><b>MESA PARA REFEITÓRIO-</b> Mesa para refeitório, sem bancos, acessível para cadeirantes. Tampo em chapa inox AISI 304 #18. Estrutura em metalon inox 30x30 mm #18. Sapatas niveladoras com superfície de nylon injetado. <b>Dimensões do tampo: comprimento 2400 mm, largura entre 700 mm e 800 mm, altura 750 mm. A estrutura deve garantir estabilidade sem necessidade de apoio central adicional.</b></p> 	318883	Unidade	3	3	3	9
7	<p><b>MESA PARA REFEITÓRIO</b> - Mesa para refeitório com 8 cadeiras. Tampo em MDF com revestimento laminado melamínico, espessura 25 mm. Altura 750 mm. Estrutura em tubo de aço galvanizado com pintura epóxi. <b>Comprimento 2000 mm, largura 1000 mm.</b> Cadeiras com encosto em tubo de aço galvanizado, assento e cor branca. <b>Inclui entrega e montagem nos campi de Altos, Barras e Esperantina (PI), devendo o fornecedor indicar cronograma e equipe técnica para montagem.</b> Quantidade: 48 unidades.</p> 	483357	Unidade	0	24	24	48
8	<p><b>CORTINA DE AR</b> com controle remoto. Barreira contra poeira e insetos. Para instalação em restaurante. Com ventilador centrífugo, com pás curvadas para frente. Cor branca. 240w de potência. 60 Hz. Vazão de ar: 1900m3/h. 220V. Baixo nível de ruído.Garantia mínima de 12 meses.</p> 	452993	Unidade	4	4	4	12

9	<p><b>BALANÇA PLATAFORMA</b> – Totalmente executada em chapa de aço inoxidável AISI 304, funcionamento eletrônico, com painel digital. Cap. 300 kg, fração de 100 gramas. Dimensões aproximadas 900x900x230mm. Bivolt.</p> 	384273	Unidade	1	1	1	3
10	<p><b>GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL – 4</b> PORTAS: modelo refrigerador industrial tipo vertical; isolamento térmico e com capacidade aproximada de 810-1000 litros; com degelo automático; estrutura e portas revestidas interna e externamente em aço inox; contendo 08 prateleiras internas gradeadas reguláveis e sistema de resfriamento; com aproximadamente 1300x750x2100mm; potência de motor 1 /2 HP; temperatura de 0°c a 8°c; voltagem de 220 v; termostato de regulação; garantia mínima de 01 ano a partir da data de entrega do produto; fabricado de acordo com as normas vigentes obrigatórias da ABNT.</p> 	445213	Unidade	1	1	1	3
11	<p><b>CARRO PLATAFORMA EM CHAPA LISA</b> – Capacidade para transporte de 300 Kg. Base e chassis totalmente fabricados em aço inoxidável AISI304, liga 18.8, chapa de 1 mm de espessura e tubo de 38,1 mm de diâmetro, com espessura de 1,27mm, alça em aço inox tubular, soldado em atmosfera inerte de argônio, com acabamento escovado. Pés niveladores em nylon, dotado de 4 rodízios giratórios de 4" de diâmetro, sendo dois com freio. Garantia mínima de 12 meses.</p> 	334917	Unidade	1	1	1	3
	<p><b>FOGÃO A GÁS CENTRO 8 BOCAS DUPLAS</b> Fogão a gás GLP, centro, 8 bocas duplas (coroa + cachimbo). Construído em aço inoxidável AISI 304 liga 18.8. Tampo superior em aço inox. 8 grelhas em ferro fundido medindo <b>mínimo 400x400 mm</b>, capazes de suportar panelas de até <b>50 cm de diâmetro</b> com estabilidade. 8 queimadores em ferro fundido tipo coroa e cachimbo. Manipulos individuais em baquelite. Bandeja inferior coletora de resíduos em aço inox. Prateleira inferior gradeada em aço inox. Montantes estruturais com niveladores de altura. Dimensões aproximadas: 2100x1100x800 mm (<b>tolerância de ±5%</b>). de diâmetro para cozimento. <b>certificação INMETRO</b></p>	436956	Unidade	1	1	1	3




12							
13	<p>Forno combinado a gás GLP, capacidade para 11 GN 1/1x65 mm (compatível com outras profundidades). Temperatura de 50°C a 250°C. Suporte interno removível para GN. Comando eletrônico com display digital para temperatura e tempo. <b>Deve possuir, no mínimo, as funções de: assar com ar seco, cozinhar a vapor, combinado (vapor + ar seco), regenerar e descongelar.</b> Geração de vapor por injeção direta. Construído em aço inoxidável. Visor frontal com vidro duplo. Iluminação interna. <b>Dimensões aproximadas (tolerância de ±5%): largura 967 mm, profundidade 1048 mm, altura 1197 mm.</b> Potência elétrica máxima 0,7 kW. Acompanha 11 GN 1/1 perfurada. Certificação INMETRO.</p> 	258390	Unidade	1	1	1	3
14	<p><b>FREEZER HORIZONTAL 510-550 L</b> –Interior feito com liga metálica de alta resistência à corrosão. Segue o novo padrão brasileiro de plugue. 110v/220v bivolt. Características: Dreno frontal: sim; Fechadura de segurança: Sim; Função: freezer ou refrigerador; Tipo de freezer: horizontal; Armazenamento líquido: 510 l. Energia: Classe A em consumo de energia; Consumo aproximado de energia: 70,41 kwh; Classificação energética: A. Itens: 4 pés com rodízio; Pés: sim – rodízio; Portas: 2; Rodízios para transporte: sim; Tipo de degelo: manual; Controle de temperatura: sim; Pannel de controle: sim. Dimensões: Altura: 96 cm; Largura: 147,3 cm; Profundidade: 78 cm; Garantia: 12 meses.</p> 	432552	Unidade	5	5	5	15
15	<p><b>CARRINHO INDUSTRIAL</b> – Carro para degelo de carnes, capacidade de 285 litros, com urna construída em chapa de aço inoxidável aisi 304, liga 18.8, acabamento pré-polido e cantos arredondados, com registro de fecho rápido de 1 ½" de ø para escoamento, estrutura inferior reforçada para apoio de 4 rodízios de placa, sendo dois fixos e dois giratórios com freio, alça de manobra em tubo inox. - garantia: mínima 12 meses.</p>	622303	Unidade	1	1	1	3

							
16	<p><b>LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL EM AÇO INOX</b> - Capacidade 8 Litros. Corpo do motor em aço inox. Copo em inox com alças laterais. Tampa em alumínio. 220 V. Frequência: 50/60 Hz. Potência: ½ CV. Rotação: 3740 rpm. Modelo classificado com melhor classe de eficiência na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE). Garantia mínima de 12 meses <b>certificação INMETRO</b></p> 	219500	Unidade	2	2	2	6
17	<p><b>ARMADILHA ELÉTRICA</b> para o controle de insetos voadores. Dimensões aproximadas: A=28cm, L=41cm. Potência Nominal: 30 watts; Alimentação: 220 V (210-240Vca), 50-60 Hz; Lâmpadas: UVA (Ultravioleta) 2 x T8 /G13 10 W, 33 cm /240 Vca; Área de abrangência de 50 m; Baixo consumo de energia. Seguro e inofensivo; Construção em liga de alumínio inoxidável. Não corrosivo; Sem fumaça e sem poluição química.</p> 	112895	Unidade	5	5	5	15
18	<p><b>CARRO PARA TRANSPORTE DE CEREAIS E VERDURAS</b> - Em aço inox 304 liga 18.8. Sistema basculante de cuba com peneira fixa. Estrutura em perfil tubular quadrado de 25x25mm com alça tubular frontal Ø 1 1 /4 para transporte.Capacidade: 70 litros. Dotado de 04 rodízios giratórios de Ø4", sendo os frontais com freio. Dimensões: 470 x 790 x 850 mm. Soldas em atmosfera inerte de argônio, invisíveis.</p> 	330304	Unidade	1	1	1	3

19	<p>Carro para remolho de talheres em aço inox AISI 304 liga 18.8. Cuba com dreno inferior com fecho rápido de 1/2". Fundo perfurado removível com alça tubular frontal. Pés tubulares com contraventamento. 4 rodízios giratórios Ø4", sendo os posteriores com freio. Capacidade: 100 litros. <b>Dimensões aproximadas (tolerância de ±3%): 900 x 700 x 850 mm (C x L x A).</b> Soldas em atmosfera inerte.</p> 		Unidade	1	1	1	3
20	<p><b>ESGUICHO DE PRÉ-LAVAGEM DE PAREDE</b> construído em tubo flexível de 1 com proteção em aço inoxidável AISI-304 liga 18.8 com conexões no mesmo material, mangueira tipo pneumática e pistola de pressão com acionamento vertical tipo gatilho, altura 1000mm e comprimento de 4000mm.</p> 	486555	Unidade	3	3	3	9
21	<p>Climatizador evaporativo para uso industrial, com área de cobertura entre 100 m² e 150 m². Pannel digital, 3 velocidades, função swing. Potência: 750 W. Reservatório de água <b>com capacidade mínima de 100 litros</b> (120 litros preferencialmente). Tensão 220V. <b>Dimensões aproximadas com tolerância de ±5% em relação a: 660 x 1120 x 1490 mm (A x L x C).</b> Garantia mínima de 12 meses.</p> 	485826	Unidade	5	5	5	15
22	<p>Fatiador de carnes em aço inox, motor monofásico 1/2 CV (700W), 220V, 60Hz. Disco fatiador temperado, cromado e polido. Regulagem milimétrica de espessura até 15 mm. Sistema de segurança com sensor na tampa da lâmina, botão de emergência, chave geral e antirrearme. Carro com protetor semicircular. Conformidade com NR-12 e certificação INMETRO. <b>O fornecedor deve possuir assistência técnica autorizada em território nacional, com capacidade de atendimento no estado do Piauí (Teresina ou região), entrega nos municípios de Altos, Barras e Esperantina.</b> Garantia mínima de 12 meses.</p> 	230201	Unidade	1	1	1	3

23	<p><b>MESA COM TAMPO LISO DE CENTRO COM PARTE INFERIOR GRADEADA</b> – Em aço inox 304, liga 18.8 #18. Tampo superior liso. Grade inferior com 40mm. Possui perfis de reforço estrutural. Contraventamento tubular Ø1" e pés Ø1 1/2" com niveladores de altura. Prateleira inferior gradeada em aço inoxidável. Dimensões: 1600 (comprimento) x700(largura)x 900(altura) mm. Com Soldas em atmosfera inerte de argônio, invisíveis.</p> 	464844	Unidade	4	4	4	12
24	<p>Batedeira planetária <b>para uso industrial</b>, com tigela em aço inox com capacidade <b>mínima de 20 litros</b> (recomendado 20L a 30L). Cor preta (ou similar). <b>Controles: mínimo 6 velocidades + função turbo (ou pulsador)</b>. Batedores: 3 pares (espiral, globo, raquete). Tensão 220V. Acompanha tampa antirrespingos. Certificação INMETRO. Garantia mínima de 12 meses.</p> 	450916	Unidade	1	1	1	3
25	<p><b>ESTANTE 04 PLANOS LISOS</b> – metálica, material: aço inoxidável aisi 304 18.8, altura: 1,80 m, largura:1 m, profundidade: 50 cm, tipo prateleiras: reguláveis e removíveis, quantidade de prateleiras: 4un, características adicionais: prateleiras lisas, capacidade: 300 kg.</p> 	613888	Unidade	5	5	5	15
26	<p><b>BANQUETA.</b> toda em aço inox inoxidável AISI 304, liga 18.8, bitola 18, com quatro pernas de 60 cm de altura com banco fixo e encosto de 20 cm de altura tubulação 1 ¼ ". Soldas em atmosfera inerte de argônio, invisíveis.</p> 	257665	Unidade	10	10	10	30



27	<p><b>LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL EM AÇO INOX</b> Capacidade 2 Litros. Corpo do motor em aço inox. Copo em inox com alças laterais. Tampa em alumínio. motor 1/3 hp, bivolt 110 e 220v, lâminas e corte em aço inox reforçado, pés de borracha antivibração. Garantia mínima de 12 meses. <b>certificação INMETRO</b></p> 	405225	Unidade	2	2	2	6
28	<p>Chapa bifeteira a gás GLP, construção em aço inox AISI 304. Chapa de cocção em aço carbono com <b>espessura mínima de 12 mm</b>. Produção aproximada de 260 bifes/h. Queimadores em tubo de aço inox. Acendimento externo. <b>Dimensões aproximadas (tolerância de ±5%): largura 900 mm, profundidade entre 700 mm e 850 mm (não superior a 900 mm), altura 900 mm.</b> Altura do piso até a chapa: aproximadamente 850 mm. Pés tubulares com sapatas niveladoras. Certificação INMETRO.</p> 	442496	Unidade	1	1	1	3
29	<p><b>EXAUSTOR, MATERIAL CHAPAAÇO TRATADO, HÉLICE 6 PÁS EM NYLON, APLICAÇÃO PAREDE, DIÂMETRO 60 CM, MOTOR BLINDADO, POTÊNCIA MOTOR 3 /4 HP, ROTAÇÃO MOTOR 1550 RPM, TENSÃO 220 V, VAZÃO 10000 M3/H.</b></p> 	290671	Unidade	5	5	5	15
30	<p><b>MÁQUINA DE LAVAR LOUÇA INDUSTRIAL (TIPO PORTA) – IDEAL PARA RESTAURANTES.</b> Máquina de lavar louça industrial tipo porta (gaveta). Estrutura em aço inox AISI 304. Capacidade mecânica: 28, 40 ou 60 gavetas/hora (qualquer uma aceita). Ciclos de lavagem + enxágue: 60, 90 ou 130 segundos. Operações por braços giratórios superiores e inferiores. Higieniza bandejas, pratos, talheres, copos, xícaras. Alimentação elétrica: <b>220V monofásico ou trifásico (o fornecedor deverá adequar-se à disponibilidade do local, sendo aceitos ambos).</b> Aquecimento elétrico da lavagem e do enxágue. Termômetros para lavagem e enxágue. Temperatura lavagem: 55°C a 65°C; enxágue: 80°C a 90°C. Consumo de água: até 3 litros/ciclo. <b>Dimensões aproximadas (tolerância de ±5%) – com porta fechada: 620 x 680 x 1400 mm.</b> Acompanha: 2 racks de pinos, 1 rack liso, 1 rack para copos, mangueiras e manual. Certificação INMETRO + NR-12. Garantia 12 meses.</p>	445455	Unidade	1	1	1	3

							
31	<b>DESCACADOR DE LEGUMES</b> <b>INDUSTRIAL</b> - Descascador Legumes Material: Aço Inoxidável , Capacidade: 10 KG, Produção Aproximada: 200 KG/H, Potência Motor: 1/3 CV, Tensão Alimentação: 220 V, Aplicação: Cozinha Industrial , Tipo: Elétrico. <b>certificação INMETRO</b>	451023	Unidade	1	1	1	3
32	<b>BATEDEIRA PLANETÁRIA INDUSTRIAL 12 LITROS.</b> Bivolt. Monofásica. 10 Velocidades. com 3 tipos de batedores. Estrutura em aço carbono com acabamento em Pintura epóxi. Tacho em aço inoxidável 304, batedores, tipo globo, raquete e espiral, em alumínio. Potência 1200 W. Equipamento de acordo com a normativa do INMETRO. <b>certificação INMETRO</b>	350950	Unidade	1	1	1	3




## 9. Estimativa do Valor da Contratação


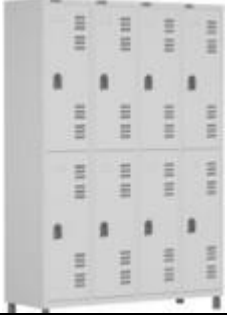


Valor (R\$): 914.289,60

9.1 Estima-se, para o IFPI, o valor de R\$ 914.289,60 (novecentos e quatorze mil, duzentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos) para atendimento de demandas específicas dos novos campi (Altos, Barras e Esperantina).



TABELA 2





ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANT.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	<b>BALCÃO DE DISTRIBUIÇÃO AQUECIDO</b> Balcão de distribuição aquecido, totalmente em aço inoxidável AISI 304 escovado 18/8, banho-maria, aquecimento por meio de resistência elétrica de imersão, controladora para graduação e ligação do sistema de resistências internas, com termostato digital. 6 cubas gastronômicas (GN) 1/1 – 200 mm com alças móveis e tampa em aço inox (inclusas). Rodízios de 4" – 2 fixos e 2 giratórios com freio. Protetor salivar em vidro reto temperado de 8 mm (ou material similar de	610519	Unidade	3	11.916,66	35.749,98

	<p>mesma resistência e transparência). 1 corre bandeja, tanque banho-maria e gabinete em aço inox liso escovado. Possui entrada de água e dreno para escoamento do reservatório de aquecimento. <b>Dimensões aproximadas: largura entre 2000 mm e 2200 mm, profundidade entre 700 mm e 900 mm, altura entre 850 mm e 950 mm.</b> Potência mínima: 2500W, voltagem 220V. <b>Garantia mínima de 12 meses.</b></p> 					
2	<p><b>BALCÃO DE DISTRIBUIÇÃO REFRIGERADO</b> Balcão de distribuição refrigerado, totalmente em aço inoxidável AISI 304 escovado 18/8. Temperatura de trabalho entre +2°C e +6°C, com termostato digital. Sistema de refrigeração estática ou ventilada (ambas aceitas), com degelo automático. 4 cubas gastronômicas (GN) 1/1 – 100 mm com alças móveis e tampa em aço inox (inclusas). Rodízios de 4" – 2 fixos e 2 giratórios com freio. Protetor salivar em vidro reto temperado de 8 mm (ou material equivalente). 1 corre bandeja e gabinete em aço inox liso escovado. Possui dreno para escoamento de água do degelo. <b>Dimensões aproximadas: largura entre 1400 mm e 1600 mm, profundidade entre 700 mm e 850 mm, altura entre 850 mm e 950 mm.</b> Potência mínima: 270W, voltagem 220V</p> 	302916	Unidade	3	11.016,67	33.050,01
3	<p><b>LAVADORA ALTA PRESSÃO</b></p> <p>- Pressão: 2.175 PSI; Vazão: 600 L/H; Tensão: 220 V; Potência Consumida: 3,3 KW; Características Adicionais: mangueira 7,5 m; Tipo: Lava-Jato; Frequência: 60 HZ. <b>certificação INMETRO</b></p> 	449867	Unidade	3	3.960,33	11.880,99





4	<p><b>BALANÇA ELETRÔNICA</b> - Capacidade Pesagem: 30 KG; Características Adicionais: Alta sensibilidade, prato em aço inoxidável, nível, tipo painel: LCD, voltagem: 220, Selo INMETRO.</p> 	288764	Unidade	3	834,67	2.504,01
5	<p><b>ROUPEIRO EM AÇO COM 08 PORTAS GRANDES</b> – acabamento superficial pintura epóxi pó eletrostática e fosfatizado; cor cinza; quantidade portas 8 unidades; características adicionais tipo roupeiro e sapatas niveladoras de altura., pitão para cadeado, material chapa aço 24 e 26. Dimensões mínimas: 1,94X1,22X0,42.</p> 	463054	Unidade	30	1.512,13	45.363,90
6	<p><b>MESA PARA REFEITÓRIO</b>- Mesa para refeitório, sem bancos, acessível para cadeirantes. Tampo em chapa inox AISI 304 #18. Estrutura em metalon inox 30x30 mm #18. Sapatas niveladoras com superfície de nylon injetado. <b>Dimensões do tampo: comprimento 2400 mm, largura entre 700 mm e 800 mm, altura 750 mm. A estrutura deve garantir estabilidade sem necessidade de apoio central adicional.</b></p> 	318883	Unidade	9	3.361,88	30.256,92
7	<p><b>MESA PARA REFEITÓRIO</b> - Mesa para refeitório com 8 cadeiras. Tampo em MDF com revestimento laminado melamínico, espessura 25 mm. Altura 750 mm. Estrutura em tubo de aço galvanizado com pintura epóxi. <b>Comprimento 2000 mm, largura 1000 mm.</b> Cadeiras com encosto em tubo de aço galvanizado, assento e cor branca. <b>Inclui entrega e montagem nos campi de Altos, Barras e Esperantina (PI), devendo o fornecedor indicar cronograma e equipe técnica para montagem.</b> Quantidade: 48 unidades.</p> 	483357	Unidade	48	3.100,00	148.800,00

8	<p><b>CORTINA DE AR</b> com controle remoto. Barreira contra poeira e insetos. Para instalação em restaurante. Com ventilador centrífugo, com pás curvadas para frente. Cor branca. 240w de potência. 60 Hz. Vazão de ar: 1900m3/h. 220V. Baixo nível de ruído. Garantia mínima de 12 meses.</p> 	452993	Unidade	12	1.026,45	12.317,40
9	<p><b>BALANÇA PLATAFORMA</b> – Totalmente executada em chapa de aço inoxidável AISI 304, funcionamento eletrônico, com painel digital. Cap. 300 kg, fração de 100 gramas. Dimensões aproximadas 900x900x230mm. Bivolt.</p> 	384273	Unidade	3	1.458,00	4.374,00
10	<p><b>GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL</b> – 4 PORTAS: modelo refrigerador industrial tipo vertical; isolamento térmico e com capacidade aproximada de 810-1000 litros; com degelo automático; estrutura e portas revestidas interna e externamente em aço inox; contendo 08 prateleiras internas gradeadas reguláveis e sistema de resfriamento; com aproximadamente 1300x750x2100mm; potência de motor 1 /2 HP; temperatura de 0°C a 8°C; voltagem de 220 v; termostato de regulação; garantia mínima de 01 ano a partir da data de entrega do produto; fabricado de acordo com as normas vigentes obrigatórias da ABNT.</p> 	445213	Unidade	3	9.793,14	29.379,42
11	<p><b>CARRO PLATAFORMA EM CHAPA LISA</b> – Capacidade para transporte de 300 Kg. Base e chassis totalmente fabricados em aço inoxidável AISI304, liga 18.8, chapa de 1 mm de espessura e tubo de 38,1 mm de diâmetro, com espessura de 1,27mm, alça em aço inox tubular, soldado em atmosfera inerte de argônio, com acabamento escovado. Pés niveladores em nylon, dotado de 4 rodízios giratórios de 4" de diâmetro, sendo dois com freio. Garantia mínima de 12 meses.</p> 	334917	Unidade	3	1.449,00	4.347,00





12	<p><b>FOGÃO A GÁS CENTRO 8 BOCAS DUPLAS</b> Fogão a gás GLP, centro, 8 bocas duplas (coroa + cachimbo). Construído em aço inoxidável AISI 304 liga 18.8. Tampo superior em aço inox. 8 grelhas em ferro fundido medindo <b>mínimo 400x400 mm</b>, capazes de suportar panelas de até <b>50 cm de diâmetro</b> com estabilidade. 8 queimadores em ferro fundido tipo coroa e cachimbo. Manipulos individuais em baquelite. Bandeja inferior coletora de resíduos em aço inox. Prateleira inferior gradeada em aço inox. Montantes estruturais com niveladores de altura. Dimensões aproximadas: 2100x1100x800 mm (<b>tolerância de ±5%</b>). de diâmetro para cozimento. <b>certificação INMETRO</b></p> 	436956	Unidade	2	5.366,93	10.733,86
13	<p>Forno combinado a gás GLP, capacidade para 11 GN 1/1x65 mm (compatível com outras profundidades). Temperatura de 50°C a 250°C. Suporte interno removível para GN. Comando eletrônico com display digital para temperatura e tempo. <b>Deve possuir, no mínimo, as funções de: assar com ar seco, cozinhar a vapor, combinado (vapor + ar seco), regenerar e descongelar.</b> Geração de vapor por injeção direta. Construído em aço inoxidável. Visor frontal com vidro duplo. Iluminação interna. <b>Dimensões aproximadas (tolerância de ±5%): largura 967 mm, profundidade 1048 mm, altura 1197 mm.</b> Potência elétrica máxima 0,7 kW. Acompanha 11 GN 1/1 perfurada. Certificação INMETRO.</p> 	258390	Unidade	3	24.876,66	74.629,98
14	<p><b>FREEZER HORIZONTAL 510-550 L</b> –Interior feito com liga metálica de alta resistência à corrosão. Segue o novo padrão brasileiro de plugue. 110v/220v bivolt. Características: Dreno frontal: sim; Fechadura de segurança: Sim; Função: freezer ou refrigerador; Tipo de freezer: horizontal; Armazenamento líquido: 510 l. Energia: Classe A em consumo de energia; Consumo aproximado de energia: 70,41 kwh; Classificação energética: A Itens: 4 pés com rodízio; Pés: sim – rodízio; Portas: 2; Rodízios para transporte: sim; Tipo de degelo: manual; Controle de temperatura: sim; Painel de controle: sim. Dimensões: Altura: 96 cm; Largura: 147,3 cm; Profundidade: 78 cm; Garantia: 12 meses.</p>	432552	Unidade	15	3.574,10	53.611,5





						
15	<p><b>CARRINHO INDUSTRIAL</b> – Carro para degelo de carnes, capacidade de 285 litros, com urna construída em chapa de aço inoxidável aisi 304, liga 18.8, acabamento pré-polido e cantos arredondados, com registro de fecho rápido de 1 ½" de ø para escoamento, estrutura inferior reforçada para apoio de 4 rodízios de placa, sendo dois fixos e dois giratórios com freio, alça de manobra em tubo inox. - garantia: mínima 12 meses.</p> 	622303	Unidade	3	3.300,71	9.902,13
16	<p><b>LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL EM AÇO INOX</b> - Capacidade 8 Litros. Corpo do motor em aço inox. Copo em inox com alças laterais. Tampa em alumínio. 220 V. Frequência: 50/60 Hz. Potência: ½ CV. Rotação: 3740 rpm. Modelo classificado com melhor classe de eficiência na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE). Garantia mínima de 12 meses <b>certificação INMETRO</b></p> 	219500	Unidade	6	742,90	4.457,40
17	<p><b>ARMADILHA ELÉTRICA</b> para o controle de insetos voadores. Dimensões aproximadas: A=28cm, L=41cm. Potência Nominal: 30 watts; Alimentação: 220 V (210-240Vca), 50-60 Hz; Lâmpadas: UVA (Ultravioleta) 2 x T8 /G13 10 W, 33 cm /240 Vca; Área de abrangência de 50 m; Baixo consumo de energia. Seguro e inofensivo; Construção em liga de alumínio inoxidável. Não corrosivo; Sem fumaça e sem poluição química.</p> 	112895	Unidade	15	569,50	8.542,50






18	<p><b>CARRO PARA TRANSPORTE DE CEREAIS E VERDURAS</b> - Em aço inox 304 liga 18.8. Sistema basculante de cuba com peneira fixa. Estrutura em perfil tubular quadrado de 25x25mm com alça tubular frontal Ø 1 1/4 para transporte.Capacidade: 70 litros. Dotado de 04 rodízios giratórios de Ø4", sendo os frontais com freio. Dimensões: 470 x 790 x 850 mm. Soldas em atmosfera inerte de argônio, invisíveis.</p> 	330304	Unidade	3	1.994,00	5.982,00
19	<p>Carro para remolho de talheres em aço inox AISI 304 liga 18.8. Cuba com dreno inferior com fecho rápido de 1/2". Fundo perfurado removível com alça tubular frontal. Pés tubulares com contraventamento. 4 rodízios giratórios Ø4", sendo os posteriores com freio. Capacidade: 100 litros. <b>Dimensões aproximadas (tolerância de ±3%): 900 x 700 x 850 mm (C x L x A).</b> Soldas em atmosfera inerte.</p> 		Unidade	3	1.923,45	5.770,35
20	<p><b>ESGUICHO DE PRÉ-LAVAGEM DE PAREDE</b> construído em tubo flexível de 1 com proteção em aço inoxidável AISI-304 liga 18.8 com conexões no mesmo material, mangueira tipo pneumática e pistola de pressão com acionamento vertical tipo gatilho, altura 1000mm e comprimento de 4000mm.</p> 	486555	Unidade	9	673,20	6.058,80
21	<p>Climatizador evaporativo para uso industrial, com área de cobertura entre 100 m² e 150 m². Pannel digital, 3 velocidades, função swing. Potência: 750 W. Reservatório de água <b>com capacidade mínima de 100 litros</b> (120 litros preferencialmente). Tensão 220V. <b>Dimensões aproximadas com tolerância de ±5% em relação a: 660 x 1120 x 1490 mm (A x L x C).</b> Garantia mínima de 12 meses.</p> 	485826	Unidade	15	8.365,00	125.475,00
	<p>Fatiador de carnes em aço inox, motor monofásico 1/2 CV (700W), 220V, 60Hz. Disco fatiador temperado, cromado e polido. Regulagem milimétrica de espessura até 15 mm. Sistema de segurança com sensor na tampa da lâmina, botão de emergência, chave geral e antirrearme. Carro com protetor semicircular. Conformidade com NR-12 e certificação INMETRO. <b>O fornecedor deve possuir assistência técnica autorizada em território nacional, com capacidade</b></p>					



22	<p>de atendimento no estado do Piauí (Teresina ou região), entrega nos municípios de Altos, Barras e Esperantina. Garantia mínima de 12 meses.</p> 	230201	Unidade	3	13.221,33	39.663,99
23	<p><b>MESA COM TAMPO LISO DE CENTRO COM PARTE INFERIOR GRADEADA</b> – Em aço inox 304, liga 18.8 #18. Tampo superior liso. Grade inferior com 40mm. Possui perfis de reforço estrutural. Contraventamento tubular Ø1" e pés Ø1 1/2" com niveladores de altura. Prateleira inferior gradeada em aço inoxidável. Dimensões: 1600 comprimento) x700(largura)x 900(altura) mm. Com Soldas em atmosfera inerte de argônio, invisíveis.</p> 	464844	Unidade	12	1.572,00	18.864,00
24	<p>Batedeira planetária <b>para uso industrial</b>, com tigela em aço inox com capacidade <b>mínima de 20 litros</b> (recomendado 20L a 30L). Cor preta (ou similar). <b>Controles: mínimo 6 velocidades + função turbo (ou pulsador)</b>. Batedores: 3 pares (espiral, globo, raquete). Tensão 220V. Acompanha tampa antirrespingos. Certificação INMETRO. Garantia mínima de 12 meses.</p> 	450916	Unidade	3	1.948,05	5.844,15
25	<p><b>ESTANTE 04 PLANOS LISOS</b> – metálica, material: aço inoxidável aisi 304 18.8, altura: 1,80 m, largura:1 m, profundidade: 50 cm, tipo prateleiras: reguláveis e removíveis, quantidade de prateleiras: 4un, características adicionais: prateleiras lisas, capacidade: 300 kg.</p> 	613888	Unidade	15	2.250,00	33.750,00

26	<p><b>BANQUETA.</b> toda em aço inox inoxidável AISI 304, liga 18.8, bitola 18, com quatro pernas de 60 cm de altura com banco fixo e encosto de 20 cm de altura tubulação 1 ¼ ". Soldas em atmosfera inerte de argônio, invisíveis.</p> 	257665	Unidade	30	718.40	21.552,00
27	<p><b>LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL EM AÇO INOX</b> Capacidade 2 Litros. Corpo do motor em aço inox. Copo em inox com alças laterais. Tampa em alumínio. motor 1/3 hp, bivolt 110 e 220v, lâminas e corte em aço inox reforçado, pés de borracha antivibração. Garantia mínima de 12 meses. <b>certificação INMETRO</b></p> 	405225	Unidade	6	545,02	3.270,12
28	<p>Chapa bifeteira a gás GLP, construção em aço inox AISI 304. Chapa de cocção em aço carbono com <b>espessura mínima de 12 mm</b>. Produção aproximada de 260 bifes/h. Queimadores em tubo de aço inox. Acendimento externo. <b>Dimensões aproximadas (tolerância de ±5%): largura 900 mm, profundidade entre 700 mm e 850 mm (não superior a 900 mm), altura 900 mm.</b> Altura do piso até a chapa: aproximadamente 850 mm. Pés tubulares com sapatas niveladoras. Certificação INMETRO.</p> 	442496	Unidade	3	5.294,95	15.884,85
29	<p><b>EXAUSTOR.</b> MATERIAL CHAPAAÇO TRATADO, HÉLICE 6 PÁS EM NYLON, APLICAÇÃO PAREDE, DIÂMETRO 60 CM, MOTOR BLINDADO, POTÊNCIA MOTOR 3 /4 HP, ROTAÇÃO MOTOR 1550 RPM, TENSÃO 220 V, VAZÃO 10000 M3/H.</p> 	290671	Unidade	15	944,96	14.174,40

30	<p><b>MÁQUINA DE LAVAR LOUÇA INDUSTRIAL (TIPO PORTA) – IDEAL PARA RESTAURANTES.</b>  Máquina de lavar louça industrial tipo porta (gaveta). Estrutura em aço inox AISI 304. Capacidade mecânica: 28, 40 ou 60 gavetas/hora (qualquer uma aceita). Ciclos de lavagem + enxágue: 60, 90 ou 130 segundos. Operações por braços giratórios superiores e inferiores. Higieniza bandejas, pratos, talheres, copos, xícaras. Alimentação elétrica: <b>220V monofásico ou trifásico (o fornecedor deverá adequar-se à disponibilidade do local, sendo aceitos ambos)</b>. Aquecimento elétrico da lavagem e do enxágue. Termômetros para lavagem e enxágue. Temperatura lavagem: 55°C a 65°C; enxágue: 80°C a 90°C. Consumo de água: até 3 litros/ciclo. <b>Dimensões aproximadas (tolerância de ±5%) – com porta fechada: 620 x 680 x 1400 mm.</b> Acompanha: 2 racks de pinos, 1 rack liso, 1 rack para copos, mangueiras e manual. Certificação INMETRO + NR-12. Garantia 12 meses.</p> 	445455	Unidade	3	25.960,63	77.881,89
31	<p><b>DESCACADOR DE LEGUMES</b>  <b>INDUSTRIAL</b> - Descascador Legumes Material: Aço Inoxidável , Capacidade: 10 KG, Produção Aproximada: 200 KG/H, Potência Motor: 1/3 CV, Tensão Alimentação: 220 V, Aplicação: Cozinha Industrial , Tipo: Elétrico. <b>certificação INMETRO</b></p> 	451023	Unidade	3	3.028,00	9.084,00
32	<p><b>BATEDEIRA PLANETÁRIA INDUSTRIAL 12 LITROS.</b> Bivolt. Monofásica. 10 Velocidades. com 3 tipos de batedores. Estrutura em aço carbono com acabamento em Pintura epóxi. Tacho em aço inoxidável 304, batedores, tipo globo, raquete e espiral, em alumínio. Potência 1200 W. Equipamento de acordo com a normativa do INMETRO. <b>certificação INMETRO</b></p> 	350950	Unidade	3	3.711,00	11.133,00
				<b>TOTAL GLOBAL</b>	914.289,60	

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 2º do art. 40 da

10.2 A licitação será realizada por item de forma a aumentar a concorrência e conseguir melhores ofertas, sem prejudicar a qualidade técnica ou econômica e visando atender às necessidades do solicitante.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Considerando que o objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) trata de uma aquisição de **EQUIPAMENTOS PARA REFEITÓRIO** para atender às necessidades dos novos Campi do IFPI, bem como não se aplica a essa contratação.

11.2 Não identificamos contratações correlatas e/ou interdependentes.

11.3 Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 Em consulta ao Planejamento Estratégico, percebe-se que esta contratação está incluída no plano de Expansão da Rede Federal. Nota Técnica Conjunta nº 47/2024/DDR/SETEC/SETEC, de 23 de março de 2024, que trata da Expansão da Rede Federal EPCT - Novo PAC.

12.2 Além disso, a contratação está prevista no Plano Anual de Contratações de 2026, conforme Documento de Formalização de Demanda (DFD-367/2026)

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, encontra-se na sua fase de expansão, o que requer a aquisição de bens. Além disso, para o efetivo atendimento das atividades fins da instituição, seja de ensino, pesquisa e extensão, para proporcionar conforto e efetividade nas atividades dos estudantes, docentes dos Campi. Discentes e docentes necessitam de condições favoráveis, para o bom desenvolvimento das atividades do REFEITÓRIO, para isso é necessário contar com estrutura de **EQUIPAMENTOS PARA REFEITÓRIO** para que possam proporcionar segurança e higiene adequada na lavagem das bandejas e talheres usados pela comunidade acadêmica.

## 14. Providências a serem Adotadas

14.1 Não se aplica, pois não será necessário realizar adequações na estrutura física dos Campi para o recebimento e instalação dos bens a serem adquiridos, sendo o planejamento feito com base em estudo prévio do espaço para recebimento alocação dos itens.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Não se verificam impactos ambientais para os itens objeto deste instrumento

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1 Pelo exposto declaramos viável o presente Estudo Técnico Preliminar

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GUGLIELMO SIQUEIRA GOMES**

MEMBRO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 09:18:24.

**PRISCILLA MENESES DE MACEDO**

MEMBRO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO



*Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 09:55:25.*

**KLESIO WESLEY AVELINO DE MELO**

MEMBRO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO



*Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 08:29:20.*

# Documento Digitalizado Público

## EDITAL E ANEXOS (REPUBLICADO)

**Assunto:** EDITAL E ANEXOS (REPUBLICADO)  
**Assinado por:** Antonio Fortes  
**Tipo do Documento:** Anexo  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Antonio Francisco Martins Fortes, ASSESSOR(A) - FG0001** - , em 08/06/2026 11:16:04.

Este documento foi armazenado no SUAP em 08/06/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 829697  
**Código de Autenticação:** caf50243bc

